

# O fenômeno da oposição em cláusulas coordenadas e subordinadas no ensino de português

*The phenomenon of opposition in coordinated and subordinate clauses in teaching Portuguese*

Amanda Krüger Cardoso de FREITAS

Universidade Federal de Goiás  
amandakrugercardoso@gmail.com



Leosmar Aparecido da SILVA

Universidade Federal de Goiás  
silva515@ufg.br



Mirian Santos de CERQUEIRA

Universidade Federal de Goiás  
mirian\_cerqueira@ufg.br



**Resumo:** O presente artigo aborda o tratamento dado por gramáticos descritivistas, pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo livro didático, às orações coordenadas adversativas e às subordinadas concessivas quanto à inter-relação existente entre elas. No que se refere à metodologia, esta pesquisa é do tipo documental, uma vez que toma como corpus de análise o livro didático Aprender e praticar gramática, de Mauro Ferreira, destinado ao ensino médio. Os resultados do estudo mostraram que a BNCC recomenda o trabalho com os efeitos de sentido das orações coordenadas adversativas e das orações adverbiais concessivas, sem tratar necessariamente da relação de sentido entre ambas. Em relação ao livro didático, a pesquisa revelou que a relação não é feita na explicação do conteúdo, mas é feita em uma atividade de forma ainda incipiente. Trabalhos desta natureza podem contribuir para um ensino mais produtivo de língua portuguesa.

**Palavras-chave:** coordenação; subordinação; oposição; gramática; ensino.

**Abstract:** This article addresses the treatment given by descriptivist grammarians, by the Base Nacional Comum Curricular (BNCC) and by the textbook, to adversative coordinated clauses and concessive subordinate clauses regarding the interrelation between them. With regard to methodology, this research is of the documentary type. The corpus of analysis is the textbook *Aprender e praticar gramática*, by Mauro Ferreira, intended for high school. The results of the study showed that the BNCC recommends working with the meaning effects of adversative coordinated clauses and concessive adverbial clauses, without necessarily dealing with the relation of meaning between both. Regarding the textbook, the research revealed that the relationship is not made in the explanation of the content, but is made in an activity in an incipient way. Work of this nature can contribute to a more productive teaching of the Portuguese language.

**Keywords:** coordination; subordination; opposition; grammar; teaching.

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar de inúmeras pesquisas no campo dos estudos linguísticos (entre elas, MARTELOTTA, 1998; DECAT, 1999; VULLU, 2008; NEVES, 2018), as orações coordenadas adversativas e as subordinadas concessivas<sup>1</sup> continuam sendo ensinadas, em grande parte das escolas de Educação Básica, apenas como construções sintáticas em que se evidenciam um conjunto de regras a serem seguidas e conjunções fixas que os alunos devem memorizar. Tal abordagem termina por limitar a compreensão acerca da funcionalidade de tais cláusulas, o que já foi constatado em estudos como os de Decat (1999, 2014) ao propor como alternativa para o tratamento de tais construções a ideia de *unidade informacional*<sup>2</sup>, pautada na proposta de Chafe (1980). É na esteira de estudos funcionalistas, a exemplo dos estudos de Decat, a quem também prestamos nossa homenagem, que o presente artigo pretende se direcionar.

Os usos prototípicos das cláusulas adversativas e concessivas possuem em comum o traço da oposição. A nossa hipótese é a de que tanto as gramáticas tradicionais e descritivas quanto os livros didáticos não estabelecem relações entre as diferenças e as semelhanças desses dois tipos de sentenças.

Por acreditarmos que as cláusulas adversativas e as concessivas devem ser ensinadas inter-relacionando-se seus usos e suas propriedades sintático-semântico-pragmático/discursivas, visando à formação proficiente dos estudantes frente às atividades de produção textual escrita, pretendemos, neste estudo, analisar um livro didático de português utilizado em escolas de Educação Básica, com o objetivo de verificar se a falta de relação entre tais estruturas confirma-se ou não. Além disso, objetivamos verificar se, nas gramáticas descritivas, são abordadas relações entre as orações adversativas e as concessivas. Além de consultar a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) sobre o ensino correlacionado dessas orações, interessa-nos ainda saber se deve haver ou não essa

---

<sup>1</sup> Reconhecemos aqui a importante distinção feita na base dos estudos funcionalistas entre cláusulas paratáticas (independência), hipotáticas (interdependência) e subordinação (dependência), que mostra a gradiência entre as orações, proposta por Hopper e Traugott (1993). Neste texto, contudo, faremos uso das expressões *oração coordenada adversativa* e *oração subordinada concessiva* ou ainda *cláusula coordenada*, *cláusula hipotática* indistintamente. Por vezes, a nomenclatura tradicional será a mais recorrente neste artigo. Isso se justifica pelo fato de que, no ensino de português, em geral, é a mais usada e, como procuramos dialogar com a área, acreditamos que os termos correntes facilitam o diálogo proposto.

<sup>2</sup> “Uma unidade informacional contém, na visão de Chafe, toda a informação que pode ser ‘manipulada’ pelo falante num único foco de consciousness, ou seja, há um limite quanto à quantidade de informação que a atenção do usuário da língua pode focalizar de uma única vez; em outras palavras, a unidade informacional expressa o que está na memória de curto termo e pode conter por volta de sete palavras”. (DECAT, 2014, p. 128).

abordagem pragmática, semântica e sintática nas aulas de língua portuguesa.

O presente estudo advoga em favor do ponto de vista de que, no ensino de língua portuguesa, deve haver maior integração das orações coordenadas e subordinadas, levando o aluno a refletir sobre a sua língua e a entender o porquê de estudá-la, mesmo já sendo falante nativo desta. Isso, por sua vez, nos leva a acreditar que, ao desenvolver um raciocínio mais funcional, a capacidade interpretativa e discursiva dos discentes poderá ser ampliada, o que poderá, de alguma maneira, contribuir para a interação no mundo também.

O artigo está dividido em três seções. Na primeira, realizamos um levantamento acerca dos conceitos e classificações para as orações em estudo a partir dos dados apresentados por Abreu (1999), por Neves (2018), por Decat (1999, 2014) e pela BNCC (BRASIL, 2017). Na segunda, apresentamos os passos metodológicos percorridos para a realização de nosso estudo. Na terceira seção, procedemos à análise de um livro didático de português bastante utilizado nas escolas brasileiras. Tal análise, pressupomos, poderá contribuir para uma exemplificação do que tem sido comumente ensinado no âmbito das orações coordenadas e subordinadas em sala de aula de língua portuguesa da educação básica.

## **2 ASPECTOS CONCEITUAIS, CATEGORIAIS E DESCRITIVOS ACERCA DAS ORAÇÕES COORDENADAS ADVERSATIVAS E SUBORDINADAS CONCESSIVAS**

Nesta seção, faremos um breve levantamento de como as orações coordenadas adversativas e as subordinadas concessivas são tratadas. Para isso, apresentaremos as considerações de Abreu (1999), Neves (2018), Decat (1999, 2014) e as orientações da BNCC (BRASIL, 2017), de modo a relacioná-las ao ensino de português.

No início do capítulo intitulado Articulação sintática do texto: uso dos operadores argumentativos, Abreu (1999, p. 22) explica que "a articulação sintática de oposição se faz por meio de dois processos: a coordenação adversativa e a subordinação concessiva".

Quanto à coordenação adversativa, o autor evidencia a definição sintática e lista os seguintes articuladores: "mas, porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto". (p. 22). Fato interessante, porém, é que, ao definir, separadamente, a oração coordenada adversativa e a subordinada concessiva, aborda, uma visão pragmática.

Para Abreu (1999), o que diferencia os dois tipos de oração é o fator ilocucional. Na oração coordenada adversativa, há um encaminhamento

argumentativo contrário ao da oração anterior, o que promove uma frustração da expectativa do interlocutor. Na oração subordinada concessiva, por outro lado, não há essa frustração da expectativa, uma vez que o uso dos operadores embora, apesar de no início da sentença já anuncia o significado da oração seguinte. Para o autor (1999, p. 25),

a articulação sintática de oposição utilizando a subordinação concessiva tem um efeito de modalização, uma vez que prepara, com antecipação, o destinatário, para uma conclusão contrária ao inicialmente esperado.

Ele exemplifica tal aspecto contrapondo os seguintes dados:

- (01) Fizemos o possível para conseguir as suas férias, **mas** você não poderá ter suas férias ainda neste ano, por motivo de força maior.
- (02) **Embora** tenhamos feito o possível para conseguir as suas férias ainda neste ano, não conseguimos.

Em (1), antes do operador mas, a expectativa tanto pode ser para se conseguir as férias quanto para não se conseguir. Quando se diz que o interlocutor não poderá ter suas férias, há frustração de uma possível expectativa positiva. Em (2), o início da oração já com a conjunção embora anuncia antecipadamente ao interlocutor o fato de não se ter conseguido as férias.

Abreu (1999) mostra em que aspecto da relação pragmática entre usuários da língua é possível perceber diferenças funcionais entre as duas orações. Isso é fundamental para o ensino de português, porque seria um modo de o aluno estabelecer relações, do ponto de vista pragmático, entre coordenação e subordinação.

Em relação às considerações de Neves (2018), observou-se alguns momentos em que a autora aborda relações entre as orações adversativas e as concessivas que ocorrem num enunciado, seja do ponto de vista da criação de expectativa seja do ponto de vista da orientação argumentativa. Em suas palestras<sup>3</sup>, a linguista fazia comparações aprofundadas sobre os sentidos e os usos de tais orações. Além de abordar essa relação, estabelecia também uma comparação pragmática/semântica entre as aditivas e as causais; as alternativas e as condicionais.

No capítulo “Conjunções Coordenativas Adversativas/ Orações Coordenadas Adversativas”, Neves (2018, p. 832) foca no conector “mas” e nos seus contextos de uso:

<sup>3</sup> Uma delas é a palestra proferida na UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), em Redenção/CE, no dia 07 de novembro de 2019.

Na marcação coordenada de desigualdade, há aspectos especiais do uso do *mas*. A desigualdade é utilizada tanto para organizar a informação como para estruturar a argumentação. Isso implica que o primeiro segmento coordenado seja (até determinado ponto) aceito, mas, por outro lado, que, também até determinado ponto, ele seja recusado, ou negado. [...] Segundo a distribuição do *mas*, seu valor semântico se especifica. O *mas* pode indicar desigualdades diversas, às vezes com total oposição (e até com eliminação do segmento anterior), às vezes não. Podem indicar-se, entre outras tantas: as relações de contraste, compensação, restrição, negação de inferência.

Em relação às subordinadas concessivas, que aparecem em outro capítulo denominado “Conjunções subordinativas adverbiais concessivas/ Orações Subordinadas Adverbiais Concessivas”, a autora foca na enunciação e na pragmática, como vemos no trecho a seguir:

Antepor a oração concessiva, colocando-a em posição de tópico ou tema, significa, em geral, que ela carrega informação mais conhecida do interlocutor, e, por isso, comunicativamente menos relevante. [...] Para oração concessiva posposta, pode-se propor, em muitos casos, um valor de adendo: ela constitui uma porção de enunciado em que o falante, tendo aparentemente encerrado a sua proposição, ou mesmo o seu ato de fala, acrescenta o segmento em que pesa objeções a ela. (NEVES, 2018, p. 954- 956).

Nessa citação e para além dela, Neves (2018) dá pistas dos valores semântico-pragmáticos da oração concessiva em relação à oração adversativa. Primeiro, relembra que elas têm sido enquadradas entre as conexões contrastivas, cujo significado básico é contrário à expectativa, um significado que se origina do processo comunicativo e da relação falante-ouvinte. Afirma que, na maior parte das vezes, a orientação argumentativa é conservada quando há correspondência entre a oração concessiva e a coordenada inicial, e a oração principal corresponde à coordenada adversativa. Ela nomeia a relação sintática que fez de “misto concessivo-argumentativo”, que ocorre quando as orações adversativas e as concessivas se misturam na mesma frase:

O raciocínio pode ser encaminhado, de um modo bem geral, da seguinte forma: a) nas construções concessivas (adverbiais), o falante desconsidera um fator que, por alguma razão, faria esperar o contrário do que ele propõe, e que por isso lhe pode ser objetado (oração concessiva). E mantém sua proposição (oração principal); nas construções adversativas (coordenadas), o falante admite um fato, mas a expectativa é contrariada, ficando também revertida a direção argumentativa. (NEVES, 2018, p. 981).

Como se observa na citação, há uma breve explicação sobre os usos discursivo-argumentativos dos dois tipos de cláusula no que se refere

à construção e desconstrução da expectativa e da direção argumentativa do enunciado.

Ainda na esteira da perspectiva funcionalista da linguagem, é importante destacar o trabalho de Decat (1999, 2014), uma vez que a autora tem se dedicado a descrever e explicar o funcionamento das cláusulas coordenadas e subordinadas, questionando, inclusive, critérios de dependência sintático-semântica para delimitar os campos de uma ou outra oração. Para a autora,

embora várias análises tradicionais reconheçam as diferenças semânticas entre a coordenação e a subordinação, apresentam uma mistura e indefinição de critérios que levam a uma caracterização da oração subordinada ora como dependente, ora como independente (DECAT, 2014, p. 123).

Para a autora, o critério da dependência versus independência poderia ser substituído pela ideia de unidade informacional, uma vez que não se contemplariam somente questões sintáticas, mas também discursivas, compreendendo-se assim que nem toda cláusula subordinada, por exemplo, estaria na dependência de uma oração matriz, como em “O empreiteiro ordenou que todos colocassem o capacete” (DECAT, 2014, p. 128, grifo da autora).

Relacionando as pesquisas sobre as orações em questão ao ensino de português, podemos destacar o trabalho de Vullu (2008), publicado na Revista da CES, intitulada Construções Adversativas e Concessivas: uma abordagem discursivo-argumentativa, cujo objetivo consiste não apenas em demonstrar que a taxonomia, comumente, é destituída de qualquer tipo de reflexão, mas também em apresentar um posicionamento que defende aspectos discursivo-argumentativos, que valorizam o sujeito da enunciação e a orientação argumentativa na organização textual.

A autora argumenta que as gramáticas não fazem referência ao fato de que a oração coordenada adversativa e a subordinada concessiva pertencem ao mesmo grupo semântico. Outra questão considerada quanto às orações com valor opositivo (ou seja, aquelas em que se usam as conjunções do grupo opositivo) é a ordem concessão/restrrição e restrição/concessão. Para isso, a autora apresenta como exemplo o seguinte contexto: um casal carioca, que receberá Marcos, famoso botânico mineiro, discute se deve levá-lo ao Jardim Botânico ou ao Cristo Redentor. O marido defende a seguinte tese: Marcos prefere visitar o Cristo Redentor, mas é botânico. A esposa contra-argumenta que, apesar de ser botânico, o amigo prefere visitar o Cristo Redentor a ir ao Jardim Botânico.

Como ilustração da tese que defende, a pesquisadora utiliza as gramáticas tradicionais da língua portuguesa: Gramática Normativa da



Língua Portuguesa, de Rocha Lima (1998), Nova Gramática do Português Contemporâneo, de Celso Cunha e Luís F. L. Cintra (2001), e Moderna Gramática Portuguesa, de Evanildo Bechara (2004).

A análise é feita uma a uma, evidenciando os pontos positivos e os negativos quanto à semântica, à pragmática e à correlação entre as orações adversativas e concessivas nessas obras. Vullu (2008) conclui que é o viver da sala de aula que se deve procurar melhorar para, assim, levar os estudantes a uma reflexão e a uma ação sobre o uso da língua portuguesa.

Outro trabalho nessa mesma linha de raciocínio, publicado na Revista Panorâmica On-Line, em 2013, sobre a concessão e a adversatividade, aborda suas relações e funções na interação falada. O artigo, escrito por Ikeda, Oda e Saparas (2013), intitulado A concessão e a adversatividade: expressão, relação e funções na interação falada, traz uma investigação sobre a relação entre o significado concessivo e o adversativo sob a perspectiva da língua falada, na norma culta da língua portuguesa, ao mesmo tempo em que examina as formas de expressão e as funções desses significados.

Os autores abordam as semelhanças e as diferenças entre as orações opositivas, citando Halliday e Hasan (1976)<sup>4</sup> e Lopes (s/d: 3, apud NEVES, 1999, p. 549-550)<sup>5</sup>, para quem as adversativas e concessivas possuem o significado básico de contrariedade à expectativa do interlocutor e a intervenção de pelo menos uma negação.

Ikeda, Oda e Saparas (2013) utilizaram como base a proposta de Iten (2000)<sup>6</sup> e Barth (2000)<sup>7</sup>, que tratam de construções concessivas-com-mas e construções concessivas-com-embora. Quanto às formas de expressão e às funções, apresentam a proposta de Barth (2000), que mostra que a preferência por construções concessivas paratáticas – com mas – no discurso falado, relaciona-se com a questão da polidez.

Enquanto as construções hipotáticas subordinam imediatamente o argumento oposto e, assim, sugerem a ameaça à face de que o argumento do interlocutor seja menos válido, as construções paratáticas permitem ao falante incluir muito mais material necessário para salvar a face do oponente. Em resumo, as construções coordenadas provam ser muito úteis na realização de relações concessivas na linguagem falada. Isso explica sua

<sup>4</sup> HALLIDAY, M. A. K. ; HASAN, R. Cohesion in English. London: Longman, 1976.

<sup>5</sup> NEVES, M. H. de M. As construções concessivas. *Gramática do Português falado*. Vol. VII. São Paulo: FAPESP. p. 545- 591, 1999.

<sup>6</sup> ITEN, C. Although revisited, 2000. fonte: <http://www.phon.ucl.ac.uk/home/PUB/WPL/00papers/iten.pdf>

<sup>7</sup> BARTH, Dagmar. "that's true, although not really, but still ": Expressing concession in spoken English. In: Elizabeth COUPER-KUHLEN e Bernd KORTMANN (eds.) Cause, Condition, Concession, Contrast – cognitive and Discourse Perspectives. Berlin: Mouton De Gruyter, 2000.



frequência e também a pouca ocorrência das construções-embora, representativas de relações hipotáticas na fala, segundo Barth (2000).

Já a análise dos casos apresentados por Iten (2000) revela que *mas* e *embora* não são intercambiáveis, pois – claramente – *mas* significa adversatividade, enquanto a conjunção *embora* significa concessão. A relação que existe entre *mas* e *embora* é que, por alguma razão, a oposição surge após uma concessão. Concluindo, os dados da pesquisa sugerem que a concessão e a adversatividade – com variadas formas de expressão – estão conectadas com significados e funções diferentes, mesmo tendo a oposição como ponto em comum. Isso fica claro após fazer-se uma longa análise de seus usos.

Diante das questões teóricas aqui apresentadas, focalizaremos o eixo de análise linguística conforme proposto pela BNCC, pois, segundo o documento, o ensino de língua portuguesa não deve se restringir ao estudo de normas e regras gramaticais, mas contribuir para ampliar a capacidade do aluno de usar a língua/linguagem em diferentes contextos e práticas sociais, tanto no que diz respeito à leitura quanto no que diz respeito à produção de textos.

Outro aspecto importante a ser destacado na perspectiva de análise linguística da BNCC é o fato de este documento enfatizar o valor semântico das conjunções e dos efeitos de sentido das orações simples, coordenadas e subordinadas. Todavia, apesar disso, a BNCC não aborda a relação entre coordenação e subordinação, unidas sob o signo da oposição. Isso fica evidente tanto nas competências previstas para o 8º e 9º anos do Ensino Fundamental Anos Finais, quanto nas do Ensino Médio. Na seção de Morfossintaxe, que está inserida em Análise Linguística/Semiótica dos 8º e 9º anos, verifica-se que a relevância é dada ao valor semântico das conjunções nas orações, assim como a relação entre a primeira e a segunda oração da coordenação ou da subordinação, e os efeitos de sentido das conjunções no que se refere à coesão sequencial:

Identificar, em textos lidos e em produções próprias, a relação que conjunções (e locuções conjuntivas) coordenativas e subordinativas estabelecem entre as orações que conectam. [...] Inferir efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos de coesão sequencial: conjunções e articuladores textuais. (BRASIL, 2017, p. 185).

Além dessa abordagem, nas competências do Ensino Médio aparece, também, uma preocupação com o uso e com os efeitos de sentido das orações coordenadas e subordinadas, porém não se observa orientação que aponte para a relação semântico-pragmática entre elas:

Analisar elementos e aspectos da sintaxe do Português, como a ordem dos constituintes da sentença (e os efeitos que causam sua inversão), a estrutura dos sintagmas, as categorias sintáticas, os processos de coordenação e subordinação (e os efeitos de seus usos). (BRASIL, 2017, p. 499).

Outro ponto a se considerar para a realização de nosso estudo é que grande parte das gramáticas tradicionais da língua portuguesa não desenvolve ou faz referência à relação semântico-pragmática entre as coordenadas adversativas e as subordinadas concessivas. O que frequentemente se encontra são classificações e nomenclaturas fixas, além de conjunções que devem ser memorizadas, não levando em consideração os contextos de uso da língua.

### 3 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa documental (GIL, 2008) pelo fato de que analisa o tratamento dado por um livro sobre a relação entre as orações coordenadas adversativas e as orações subordinadas concessivas e as consequências para o ensino de língua portuguesa no ensino básico.

Em relação aos passos da pesquisa, num primeiro momento, foi realizada a descrição das orações coordenadas adversativas e subordinadas concessivas, evidenciando-se as inter-relações e os efeitos de uso de cada uma no plano do discurso. Para isso, o estudo partiu de formulações teóricas de autores como Abreu (1999), Neves (2018), Decat (1999, 2014), Vullu (2008) e Ikeda, Oda e Saporas (2013).

Após isso, verificou-se, por meio de uma análise da BNCC, como o documento aborda o ensino dessas orações, que possuem ideia de oposição.

A próxima etapa foi analisar um livro didático de português. Para isso, escolheu-se o livro didático de Ferreira (2014), intitulado Aprender e praticar gramática, que foi analisado a partir de uma perspectiva qualitativa e interpretativista.

Escolheu-se analisar um livro didático, porque este material tem sido, na maioria das vezes, o recurso teórico-metodológico mais utilizado para o planejamento e para o direcionamento das aulas de língua portuguesa na educação básica. O livro de Mauro Ferreira (2014) foi selecionado, dentre tantos utilizados nas salas de aula brasileiras, porque é bastante utilizado em escolas do Ensino Médio. Foram analisadas, com base na discussão levantada na seção anterior, tanto a parte teórica como a prática do livro, com exercícios autorais e de vestibulares.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS: O LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS

Como já descrito na seção metodológica, para verificar a abordagem das relações estabelecidas entre cláusulas coordenadas adversativas e cláusulas hipotáticas concessivas, analisou-se o livro didático intitulado *Aprender e praticar gramática*, de Mauro Ferreira, publicado em 2014 e utilizado em muitas escolas brasileiras.

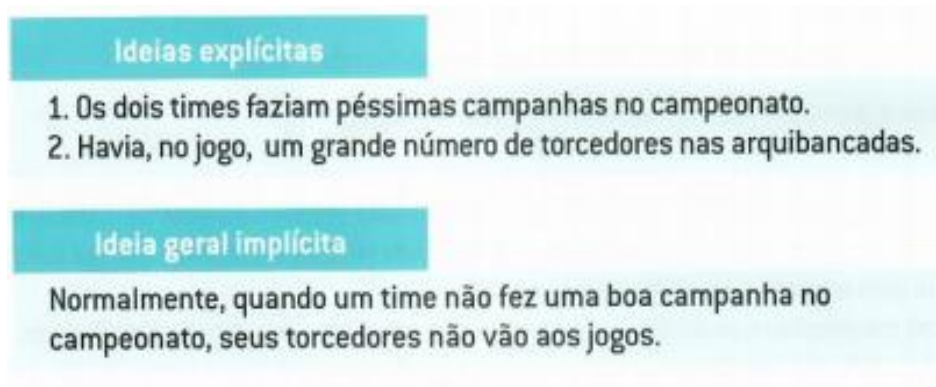
O livro didático é dividido em 34 unidades de estudo que oferecem ao aluno a oportunidade de ampliar as suas competências linguísticas e de consolidar a base teórica do conhecimento por meio da reprodução de textos de diferentes gêneros. O conteúdo estabelece links diretos entre o universo da linguagem e a realidade dos alunos, além de articular conceitos gramaticais básicos com a leitura e a escrita funcionais.

Na parte 4 do livro, intitulada *Sintaxe*, focamos nas unidades 26 e 27, denominadas, respectivamente, *Orações subordinadas adverbiais* e *Período composto por coordenação*.

Inicialmente, verificou-se que o autor privilegia a análise semântica e sintática das orações, com definições e exemplos, como aparece nos livros e nas gramáticas tradicionais. Quanto à unidade 26, Ferreira (2014) traz definições e exemplos de todas as orações adverbiais: causal, conformativa, proporcional, consecutiva, conformativa..., deixando por último o conceito das orações adverbiais concessivas. Nas palavras do autor, essas orações exprimem uma concessão, ou seja, uma particularidade que, teoricamente, poderia impedir a ocorrência do fato da oração principal, mas não a impede. Essa definição não parece ser muito clara e suficiente para um aluno do Ensino Médio que poderia compreendê-la melhor observando algum enunciado em que oração aparece. Na sequência, o autor apresenta exemplos de conjunções/locuções conjuntivas denominadas concessivas (embora, ainda que, mesmo que, conquanto). Observa-se que o conceito dado à oração é fundamentalmente semântico e não leva em consideração o aspecto pragmático. Além disso, a listagem de conjunções concessivas, por si só, pouco contribui para que haja a compreensão da concessividade.

Ferreira (2014, p. 565) apresenta como exemplo a cláusula *Embora os dois times tenham feito péssimas campanhas no campeonato, havia, no jogo, um grande número de torcedores*, explica a estrutura sintática da sentença e, em seguida, mostra as ideias explícitas e implícitas contidas nelas, associando, neste momento, semântica e pragmática, tal como se observa na figura 1, a seguir:

FIGURA 1 - Ideias explícitas e implícitas nas orações subordinadas adverbiais concessivas, conforme Ferreira (2014)



Fonte: Ferreira (2014, p. 565).

A explicação sobre essas orações parece ser bem clara para o público-alvo, no caso, o aluno do Ensino Médio. O livro não trata, contudo, de efeitos da topicalização, em que a concessiva antecede a oração principal. Nesses casos, há uma antecipação, para o interlocutor, da oposição construída no período, o que contribui para a modalização do discurso. Caso a oração principal viesse na primeira posição e a concessiva na segunda (Havia, no jogo, um grande número de torcedores, embora os dois times tenham feito péssimas campanhas no campeonato), o efeito da modalização ficaria parcialmente prejudicado.

Depois de conceituar, exemplificar, explicar as regras gramaticais quanto ao uso da vírgula e as formas desenvolvidas/reduzidas das orações concessivas, Ferreira (2014) apresenta o subtítulo *As orações adverbiais nos textos*. Nessa seção, o autor trabalha o uso das estruturas adverbiais estudadas, dando ênfase às orações concessivas em sua relação com textos. O autor faz uma análise da fala de um empresário, proferida há muitos anos, em relação a uma economista convidada pelo presidente da República para assumir o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O empresário, convidado por uma repórter para opinar a respeito da nova ministra, diz o seguinte: Apesar de ser mulher, ela é competente (p. 567).

Ferreira (2014) foca na opinião do empresário de que, ao se utilizar o mecanismo enunciativo da concessão, deixou subentendido que o fato de a ministra ser mulher poderia impedi-la de ser competente. Na opinião dele, portanto, as mulheres são incompetentes, revelando uma concepção machista nas relações de gênero e de trabalho. Aqui, fica claro para o aluno o poder da oração concessiva para evidenciar, além de outras relações, discursos preconceituosos, sob a aparência de um elogio à competência da mulher.

O autor finaliza destacando que as orações adverbiais são fundamentais para a construção do texto:

a análise dos exemplos anteriores mostra que as orações adverbiais, por meio das diferentes relações lógico-semânticas que estabelecem, são fundamentais na estruturação dos textos. Mostra também que, mais importante do que dar um “nome” a uma oração, é perceber seu sentido lógico e, assim, compreender como ela se articula com as demais orações e contribui para a construção do sentido geral do texto do qual faz parte. (FERREIRA, 2014, p. 567).

Em relação aos exercícios desta unidade, boa parte dos que tratam das orações concessivas privilegia os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos. Interessante observar, contudo, que em parcelas anteriores aos exercícios não há explicação sobre os efeitos da topicalização, sobre o realce informativo dado pela oração principal ou sobre a atenuação dado pela oração subordinada. O exercício, a seguir, trata dos efeitos do realce e da atenuação, mas, como dissemos, não há explicações sobre isso na parte teórica do livro. Vejamos:

Figura 2 - Exercício sobre orações subordinadas adverbiais concessivas

7. No período composto por subordinação, a ideia expressa pela **oração principal** geralmente fica mais **realçada** e a ideia expressa pela **oração subordinada** fica mais **atenuada**. Considerando essa possibilidade, reescreva as orações de cada par a seguir, estabelecendo entre elas a relação semântica indicada e de maneira a realçar ou atenuar a ideia de cada uma delas, conforme o caso. Faça as adaptações necessárias.

a) 1. Nosso candidato vencerá a eleição. (atenuar)  
 2. Faremos uma grande festa. (realçar)  
 • Estabeleça uma relação de **causa**.

b) 1. O preço do milho está muito baixo este ano. (atenuar)  
 2. Os produtores de milho pretendem investir em suas lavouras. (realçar)  
 • Estabeleça uma relação de **concessão**.

c) 1. O preço do milho está muito baixo este ano. (realçar)  
 2. Os produtores de milho pretendem investir em suas lavouras. (atenuar)  
 • Estabeleça, novamente, uma relação de **concessão**.

Fonte: Ferreira (2014, p. 571).

O exercício privilegia os níveis semântico-pragmático de realce ou atenuação para que o aluno aprenda o funcionamento das cláusulas subordinadas na interação. As letras “b” e “c” são as que dizem respeito mais especificamente ao tema deste artigo. Na letra “b” do exercício, por exemplo, para atenuar a oração O preço do milho está muito baixo este ano,

estabelecendo uma relação de concessão, o aluno teria a opção de assim resolver o exercício: Apesar de os produtores de milho pretenderem investir em suas lavouras, o preço do milho está muito baixo este ano, de modo que a oração concessiva apareça na primeira posição na sentença e a que trata do preço baixo do milho apareça na segunda posição. Assim construída a sentença, fica evidente que o enunciador potencial quis amenizar a situação econômica ruim do milho naquele ano. Com a atividade, o aluno poderá perceber que, dependendo da posição de cada fato comunicado, ele pode criar diferentes efeitos, tal como o da atenuação e do realce. Mesmo que o exercício não trabalhe com um dado real de língua em uso, extraído de um texto oral ou escrito efetivamente enunciado, ele não se restringe ao reconhecimento e à classificação de elementos gramaticais, ações bastante criticadas pelos estudiosos do ensino de língua (NEVES, 2002; TRAVAGLIA, 2010; BAGNO, 2017)

Passemos agora para a unidade 27, que trata das orações coordenadas, mais especificamente sobre as chamadas coordenadas sindéticas adversativas. Primeiramente, o autor conceitua seu sentido no texto: Exprime uma ideia de contrajunção, de oposição com a oração anterior. Logo após, cita algumas conjunções denominadas adversativas: “mas, porém, e (=mas), contudo, entretanto, no entanto, todavia”.

Em continuação, aparecem exemplos de várias orações adversativas, como Nosso planeta é generoso, porém muito frágil, seguidos de análises sintáticas. As considerações são menores e mais objetivas do que o que se observou no estudo das orações concessivas. A explicação teórica sobre as coordenadas adversativas evidencia a preocupação do autor com os diferentes usos do mas, como se observa na figura 3, a seguir.

Figura 3 - Complemento teórico sobre o uso da conjunção *mas*

**COMPLEMENTO TEÓRICO**

A palavra **mas** é comumente empregada na linguagem oral para dar ênfase a uma declaração ou para dar continuidade a um diálogo; nesses casos ela não estabelece oposição entre os segmentos textuais. Veja esses exemplos neste diálogo:

— E aí? O que você achou do passeio de helicóptero?  
— Mas foi gostoso! Eu nunca tinha ido...  
— Mas o que você gostou mais?  
— É muito legal... lá de cima a gente vê tudo...

Veja outro exemplo:

• O tenista terminou cansado a partida, **mas** cansado de não se aguentar em pé.

Fonte: Ferreira (2014, p. 580).



Na figura 3, percebe-se inicialmente o uso do *mas* em texto que simula língua falada. Na seção de complemento teórico do livro, o autor trabalha com os usos do *mas* no início de sentença (Mas foi gostoso! Eu nunca tinha ido... / Mas o que você gostou mais?), sem oposição necessária. Tal exemplo reflete o que Decat, desde 1999, tem chamado de “desgarramento”, ou seja, orações que, no discurso, ocorrem de forma solta, “desgarrada” da cláusula principal. Para Decat (2011), as desgarradas servem a funções comunicativas a serviço de efeitos como a coesão, a ênfase, a focalização, a avaliação, a retomada, o adendo. Cavalcante, Rodrigues e Coan (2020, p. 92), citando Cavalcante (2018)<sup>8</sup>, afirmam que o “desgarramento” sintático implica um “agarramento” pragmático. Em “outro exemplo”, o *mas* parece indicar não oposição, mas ênfase na intensidade do cansaço sentido pelo esportista.

Na sequência, o autor deixa claro que foram apresentadas as relações básicas de sentido estabelecidas pelas orações coordenadas. Além disso, apresenta exemplos de textos comprovando que as relações se diversificam bastante, constituindo um amplo conjunto de recursos por meio dos quais o enunciador cria efeitos estilísticos, constrói raciocínios argumentativos, indica a progressão temática do texto e/ou explicita suas intenções discursivas.

Usa-se, na unidade, o excerto de um anúncio publicitário do Lar Escola São Francisco, com fins de análise: Nosso trabalho é voluntário, mas extremamente profissional. Nele, explicitam-se duas características do trabalho da instituição: voluntário e profissional. Porém, a conjunção *mas* introduz uma ideia de que nem todo trabalho voluntário é profissional, funcionando como um contra-argumento ao ponto de vista de um eventual leitor que partilhe da opinião de que o trabalho voluntário é feito sem comprometimento. Portanto, “a construção adversativa funciona como parte de um argumento para tentar convencer o leitor a ajudar a entidade assistencial que publicou o texto” (FERREIRA, 2014, p. 583)


No decorrer da unidade, há atividades que trabalham com reconhecimento e classificação de orações coordenadas. Destacamos, contudo, aquelas que fogem ao padrão classificatório, estritamente sintático, tal como se observa no exercício presente na figura 4, a seguir:

<sup>8</sup>CAVALCANTE, Sávio André de Souza. O desgarramento sintático e o agarramento pragmático de Cláusulas Hipotáticas Circunstanciais Temporais. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2018. (Comunicação oral no III Seminário de Estudos sobre o Português em Uso – PORUS).



Figura 4 - Exercícios sobre orações coordenadas adversativas

8. Na traseira de um pequeno caminhão, já bem antigo e evidenciando precárias condições de uso, lia-se a frase reproduzida na ilustração abaixo:



Considerando o lugar do veículo em que a frase estava inscrita, responda:

- Quem seriam, prioritariamente, os destinatários dessa mensagem?
- A qual dos dois fatos referidos na frase o proprietário do caminhão dá maior importância? Justifique.
- O que o proprietário do caminhão procura dar a entender aos leitores a quem a mensagem é prioritariamente dirigida?

Fonte: Ferreira (2014, p. 590).

O exercício destaca-se por manifestar alguns princípios funcionais, tais como: 1) o trabalho com a língua em uso e com a noção de situação comunicativa; 2) a consideração do interlocutor (pergunta “a”); 3) a consideração de aspectos sintático-semânticos e argumentativos (pergunta “b”); 4) a consideração de aspectos pragmáticos e a produção de inferências (pergunta “c”).

A crítica que poderia ser feita a Ferreira (2014) é a ausência de estabelecimento de relação entre as orações adversativas e as concessivas, já que, em ambas, há o fenômeno da oposição. O estabelecimento de relação entre as duas não ocorre em nenhum momento na parte que explica teoricamente cada uma das orações. Nos exercícios finais da unidade 28, porém, encontra-se uma questão que trabalha esse fenômeno: o autor relaciona as orações levando em consideração seus efeitos de sentido e de uso. Vejamos:

Figura 5 - Exercício de correlação entre cláusulas adversativas e concessivas

7. O presidente de um time de futebol pretendia demitir o técnico, porque o time vinha jogando mal e perdendo seguidamente. Sabendo que corria o risco de ficar sem emprego, o técnico fez algumas alterações na equipe para um determinado jogo, no qual aconteceram dois fatos:

1. O time jogou muito bem.
2. O time perdeu.

Após a derrota, o presidente chamou o azarado treinador para uma "conversinha", da qual se extraíram estas frases:

- I. O time jogou muito bem, mas perdeu.
- II. Embora tenha perdido, o time jogou muito bem.

- a) Em qual das frases a oposição entre os dois fatos é mais enfatizada, fica mais evidente? Em qual é mais atenuada, menos radical?
- b) Qual das frases foi, mais provavelmente, extraída da fala do técnico e qual foi extraída da fala do presidente do clube? Justifique.

Fonte: Ferreira (2014, p. 589-590).

A atividade de número 7 do livro de Ferreira (2014, p. 589-590) é a única materialização de estabelecimento de relações entre as cláusulas adversativas e concessivas. No enunciado da atividade, o autor apresenta uma situação discursiva sobre futebol, um tema que, em geral, é de interesse de estudantes do ensino médio. A descrição da situação cumpre a necessidade funcional de que os enunciados estejam atados a uma situação de uso.

Em seguida, o autor apresenta dois enunciados nos quais estão codificadas respectivamente uma sentença adversativa (com o uso do *mas*) e em uma sentença concessiva (com o uso do *embora*). O ladeamento de enunciados diferentes com conteúdos semelhantes tem fundamental importância no ensino de língua portuguesa, porque é por meio desses diferentes construtos que o aluno poderá perceber que, para cada situação, há diferentes modos de manifestação do falante.

Por fim, o autor faz duas perguntas cujos objetivos relacionam-se aos efeitos semântico-pragmáticos (ênfase/atenuação) das cláusulas adversativas e concessivas (perguntas "a") e ao enunciador (técnico de futebol/presidente do clube) de cada uma (pergunta "b").

Consideramos que o estabelecimento de relação entre as orações coordenadas e subordinadas ainda é bastante tímido no livro didático de Ferreira (2014), mas a ausência completa de relação seria pior, porque tiraria do aluno a possibilidade de ter acesso, no âmbito do livro didático, à percepção de que a língua é fluida, dinâmica, dialógica, criativa (FRANCHI,

1987), relacionável, disponível para os usuários para atender às suas necessidades comunicativas.

A atual concepção de conhecimento é, de fato, o estabelecimento de relações. Para Mithen (2002), a mente contemporânea caracteriza-se pela inteligência fluida, interconectada, em que os domínios se integram, como ocorre em uma 'rede'. Esse estabelecimento de relações precisa, então, permear o ensino de análise linguística, especialmente, no ensino de orações coordenadas e subordinadas para que os alunos possam perceber a dinamicidade da língua.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como propósito problematizar a relação entre as cláusulas de oposição, as chamadas coordenadas adversativas e subordinadas concessivas no âmbito do ensino de português na escola básica.

Concluiu-se que Abreu (1999) dedica um breve capítulo para tratar das relações entre as duas orações e chega à conclusão de que a diferença entre as coordenadas adversativas e as subordinadas concessivas é pragmática. A gramática descritiva de Neves (2018) aborda a intersemelhança entre as cláusulas adversativas e concessivas sob o signo da oposição, enfocando aspectos pragmáticos e argumentativos. Ambos os teóricos, portanto, abordam inter-relações entre os dois tipos de cláusula, que podem ser utilizadas pelo professor de língua portuguesa para fazer reflexão sobre uso linguístico em sala de aula.

Em relação ao livro didático de Ferreira (2014), observamos que o autor mescla atividades de reconhecimento e classificação sintática das orações com atividades que enfocam aspectos sintático-semântico-pragmáticos ao mesmo tempo. Na parte teórica do livro didático, não se aborda a relação entre os dois tipos de cláusulas. Nas atividades, apenas uma questão procura relacionar, de maneira funcional, a relação entre cláusula coordenada e a subordinada.

Em vista dessas considerações, os dados de nosso estudo revelam que há a necessidade de uma abordagem mais aprofundada, e não tangencial, tanto em gramáticas normativas como em livros didáticos, das relações de semelhança e de diferença entre enunciados coordenados e subordinados/hipotáticos que possuem algum traço em comum. Tal como defende Vullu (2008), é importante observar aspectos discursivo e argumentativos, o sujeito da enunciação e a orientação argumentativa dos dois tipos de cláusula. Mesmo que a análise de apenas um livro didático seja

um aspecto limitador da pesquisa, os dados apontam para essa abordagem mais aprofundada do tema para que o professor, ao utilizar o material, possa atentar-se para tais aspectos e promover entre os estudantes a reflexão e a ação sobre os usos linguísticos (VULLU, 2008).

Este trabalho constitui um caminho para uma gramática que seja produtiva para o aluno, ou seja, que lhe faça sentido, estando mais próxima de sua vivência e do modo de funcionamento da língua.

Ainda com base em Vullu (2008, p. 152) de que a “taxionomia é destituída de reflexão”, um ensino que privilegie o estabelecimento de relações poderá contribuir para o desenvolvimento da leitura crítica e da escrita autoral, uma vez que o estudante estará preparado para as demandas do mundo moderno, cujo funcionamento tem sido a fluidez e a interconexão de conhecimentos e de saberes.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. Curso de redação. In: **Articulação sintática do texto: uso dos operadores argumentativos**. 14. ed. São Paulo: Ática, 1999. cap. 3, p. 22-25.

BAGNO, M. Por que estudar uma gramática brasileira? In: CASSEB-GALVÃO, V. C.; NEVES, M. H. de M. **O todo da língua: teoria e prática do ensino de português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

CAVALCANTE, S. A. de S.; RODRIGUES, V. V.; COAN, M. Sintaxe: articulação de orações. In: LIMA, A. H. V.; SOARES, M. E.; CAVALCANTE, S. A. de S. **Linguística geral: os conceitos que todos precisam conhecer**. Vol 3. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 56-100.

DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz na noção de “unidade informacional”. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4. p. 23-38, 1º sem. 1999.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. **Estruturas desgarradas em língua portuguesa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

DECAT, M. B. N. A noção de unidade informacional no tratamento da subordinação. **Veredas online**. Atemática. 2014, p. 123-135, vol. 18, n. 2. Juiz de Fora (MG). p. 123-135.

FRANCHI, C. **Criatividade e gramática: trabalhos em linguística aplicada**, São Paulo, n. 9, 1987. p. 5-45.

FERREIRA, M. **Aprender e praticar gramática**. 4. ed. São Paulo: FTD, 2014.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **Grammaticalization**. Cambridge University Press, 1993.
- IKEDA, S.; ODA, I.; SAPARAS, M. A concessão e a adversatividade: expressão, relação e funções na interação falada. **Revista Panorâmica On-Line**, Barra do Garças-MT, n.14, p. 96-120, jul. 2013.
- MARTELOTTA, M. E. Gramaticalização e graus de vinculação sintática em cláusulas concessivas e adversativas. **Veredas**: revista de Estudos Linguísticos, Juiz de Fora, vol. 2, nº 3 - p. 37 a 56, 1998.
- MITHEN, S. **A pré-história da mente**: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência. Trad. Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Rev. Tec. Max Blum Ratis e Silva. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- NEVES, M. H. de M. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- NEVES, M. H. de M. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: Unesp, 2018. p. 828-840 e p. 950-987.
- TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- VULLU, E. M. **Construções adversativas e concessivas**: uma abordagem discursivo-argumentativa. CES Revista, Juiz de Fora-MG, n. 22, p. 141-154, 2008.

FREITAS, AMANDA KRÜGER CARDOSO DE  
SILVA, LEOSMAR APARECIDO DA.  
CERQUEIRA, MIRIAN SANTOS. O  
FENÔMENO DA OPOSIÇÃO EM CLÁUSULAS  
COORDENADAS E SUBORDINADAS NO  
ENSINO DE PORTUGUÊS. **ENTREPALAVRAS**,  
FORTALEZA, V. 13, N. 1, E2600, P. 202-222,  
JAN-ABR./2023. DOI:10.22168/2237-6321-  
12600